



§ 2º Recebida a documentação mencionada neste artigo, após a análise e aprovação, a Secretaria de Defesa Agropecuária emitirá autorização emergencial e temporária para a importação do produto.

§ 3º O controle de estoque, do armazenamento e da distribuição do Ciantranilprole será de responsabilidade do interessado em importá-lo, devendo ser descrito no plano de segurança e controle, de acordo com o receituário agrônômico emitido pelo técnico responsável.

Art. 4º Quando da chegada do produto no País, o importador deverá requerer a fiscalização junto à Unidade do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO, apresentando cópia da autorização emergencial temporária, emitida pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e demais documentos aduaneiros exigidos.

Parágrafo único. A fiscalização federal agropecuária, para fins de deferimento do LI no Siscomex, verificará a conformidade somente entre as informações contidas na documentação apresentada e as informações do rótulo da mercadoria.

Art. 5º Os produtos importados à base de Ciantranilprole deverão vir com rótulo e bula em língua portuguesa, constando informações técnicas definidas na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 6º O Responsável Técnico pela propriedade localizada dentro da área sob estado de emergência fitossanitária, ao constatar o ataque de Hypothenemus hampei, poderá emitir receituário agrônômico com a indicação de uso do Ciantranilprole.

Art. 7º As propriedades mineiras que utilizarem produtos contendo o ingrediente ativo Ciantranilprole na contenção emergencial da praga Hypothenemus hampei serão objeto de fiscalização da aplicação, conforme o art. 10 da Lei nº 7.802, de 1989, e o Decreto nº 24.114, de 1934.

Art. 8º Será adotado o limite máximo de resíduos no valor de 0,03 mg/kg (zero vírgula zero três miligramas por quilo), conforme estabelecido pelo Codex Alimentarius (FAO/OMS) para o Ciantranilprole.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 147, DE 17 DE JULHO DE 2014

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MPA 21020.000331/2014-95, resolve:

Art. 1º Suspender a entidade Certificadora PARCERIA CERTIFICAÇÕES E RASTREABILIDADE LTDA. ME, CNPJ 15.971.104/0001-10, estabelecida à Rua Rio de Janeiro nº 2622 - Bairro Benfica, Andradina - SP, CEP 16900-413, em razão das não-conformidades encontradas no processo 21020.000331/2014-95.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 148, DE 17 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.004360/2014-64, resolve:

Art. 1º Credenciar o Mercolab Laboratórios LTDA, CNPJ nº 04.857.370/0001-09, localizado na Rua Maringá, nº 2388, Bairro São Cristóvão, CEP: 85.816-280, Cascavel/PR, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 6, DE 17 DE JULHO DE 2014

Em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 4º, da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3º, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.002260/2014-01, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de mamão (Carica papaya L.), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo I. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares>>frutífera.

FABRÍCIO SANTANA SANTOS
Coordenador

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE MAMÃO (Carica papaya L.)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de mamão (Carica papaya L.).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigará-se à disponibilizar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, quantidade de sementes suficiente para produzir, no mínimo, 40 plantas hermafroditas ou 5 plantas hermafroditas no caso de espécies propagadas vegetativamente. Para definir a quantidade de sementes, levar em consideração a proporção de plantas hermafroditas, femininas e masculinas da cultivar.

2. As plantas ou sementes devem estar vigorosas e em boas condições sanitárias.

3. A amostra deverá estar isenta de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deve ser detalhadamente descrito.

4. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o solicitante deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo. O ciclo de cultivo é considerado o período variando entre o início do florescimento de uma flor individual, passando pelo desenvolvimento do fruto e concluindo com a colheita do fruto da flor correspondente.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. O delineamento do ensaio deverá possibilitar que plantas ou suas partes possam ser removidas para avaliações, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo. É essencial que as plantas produzam uma colheita satisfatória em ambos os ciclos de cultivo.

4. Os métodos recomendados para observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de características, segundo a legenda abaixo:

- MG: mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas;
- MI: mensuração de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente;
- VG: avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas; e
- VI: avaliações visuais em plantas ou partes dessas plantas, individualmente.

5. Cada ensaio deve incluir, no mínimo, 40 plantas hermafroditas no caso de espécies de propagação por sementes ou 5 plantas hermafroditas no caso de espécies propagadas vegetativamente.

6. Todas as observações devem ser feitas em 15 plantas ou 15 partes de plantas no caso de cultivares propagadas por sementes e em 5 plantas ou 5 partes de plantas, no caso de cultivares propagadas vegetativamente.

7. Para avaliação da homogeneidade devem ser levadas em consideração todas as plantas do ensaio.

8. Para a avaliação da homogeneidade deverá ser aplicada uma população padrão de 1% com probabilidade de aceitação de 95%. No caso de ensaios com 40 plantas hermafroditas propagadas por sementes, serão permitidas duas plantas atípicas. No caso de ensaios com 5 plantas hermafroditas propagadas vegetativamente, não serão permitidas plantas atípicas.

9. Testes adicionais para propósitos especiais poderão ser estabelecidos.

10. É necessário anexar ao formulário, fotografias representativas de partes da planta, especialmente da folha e do fruto. No caso de cultivar introduzida no Brasil que apresentar alterações das características devido às diferentes condições ambientais, sempre que as mesmas possam ser demonstradas por fotografias, estas devem ser anexadas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares mais similares, a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

- a) Planta: altura de inserção da primeira inflorescência (característica 2);
- b) Lâmina foliar: relação comprimento/largura (característica 9);
- c) Fruto: relação comprimento/largura (característica 24);
- d) Fruto: forma (característica 25).

V. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º da Lei nº 9.456, de 1997, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VI. SINAIS CONVENCIONAIS

- (+), (#), (a)-(f): ver item IX "OBSERVAÇÕES E FIGURAS";

- MG, MI, VG, VI, ver item III, 4;
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa; e
- PQ: Característica pseudo-qualitativa.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Requerente ou Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE MAMÃO (Carica papaya L.):

Denominação proposta para a cultivar: _____

Grupo:

[] Formosa

[] Solo

[] Híbrido

Nome proposto para a cultivar: _____

Característica	Identificação da característica	Código de cada descrição
1. Planta jovem: cor do caule PQ (+) VG	somente verde	1
	verde amarelada	2
	marrom	3
	verde e roxa	4
	somente roxa	5
2. Planta: altura de inserção da primeira inflorescência QN (a) (+) VG/MI	baixa	3
	média	5
	alta	7
3. Planta: ramificação QL (+) VG	ausente	1
	presente	2

4. Caule: diâmetro QN (+) VG/MI	pequeno médio grande	3 5 7
5. Caule: quantidade de nós QN (a) (+) MI	baixa média alta	3 5 7
6. Caule: comprimento do entrenó QN (a) (+) VG/MI	curto médio longo	3 5 7
7. Lâmina foliar: comprimento QN (b) (+) VG/MI	curto médio longo	3 5 7
8. Lâmina foliar: largura QN (b) (+) VG/MI	estreita média larga	3 5 7
9. Lâmina foliar: relação comprimento/largura QN (b) (+) VG/MI	baixa média alta	1 2 3
10. Lâmina foliar: presença de lóbulos terciários QL (b) (+) VG	ausente presente	1 2